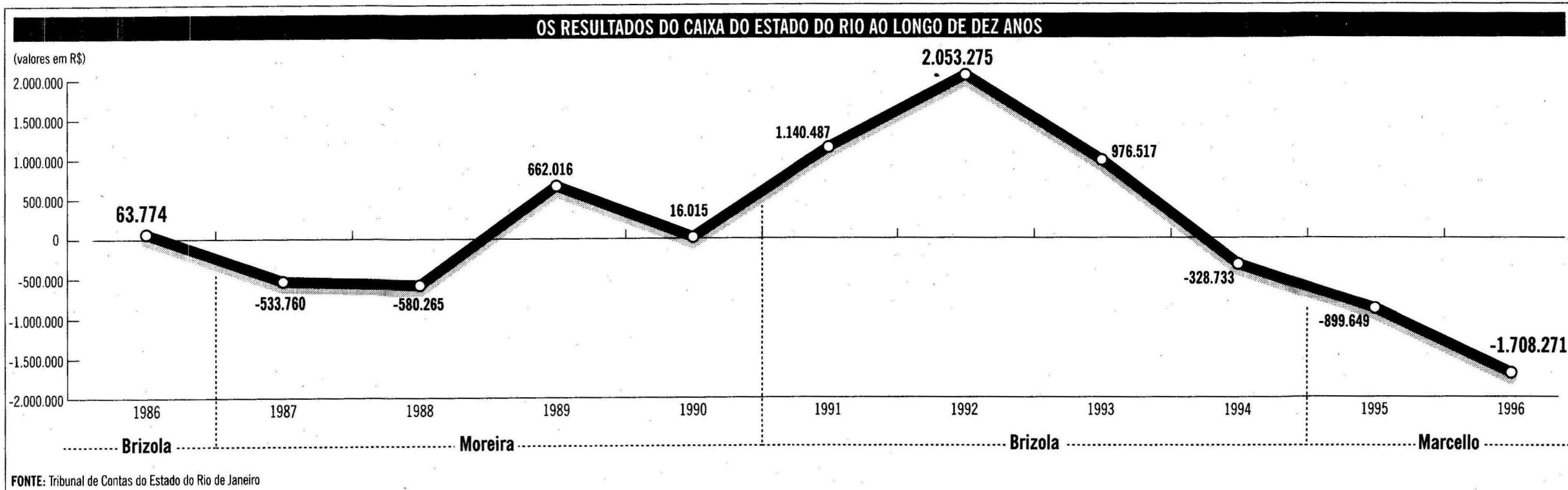




Cofres vazios no Estado do Rio

Relatórios do TCE mostram que déficit do Governo estadual foi de R\$ 1,7 bilhão ano passado

Ricardo Leoni/7-8-95



SÉRGIO QUINTELLA, conselheiro do TCE: caixa do Estado do Rio em situação grave

Selma Schmidt

Relatório apresentado ontem pelo conselheiro Sérgio Quintella, durante sessão plenária do Tribunal de Contas do Estado (TCE) para analisar as contas da gestão do governador Marcello Alencar no ano passado, revela que a situação financeira do estado é grave. Dados do documento dão conta de um déficit operacional (a despesa menos a receita, excluindo juros) de R\$ 1,7 bilhão em 1996, o maior dos últimos dez anos. Mostram ainda que o endividamento do estado já alcança R\$ 11,9 bilhões e poderá chegar a R\$ 14 bilhões em 1997, se a esta dívida forem agregados pagamentos de precatórios, do 13º salário do funcionalismo e o passivo da Previ que o Governo assumirá com a privatização do Banerj. Embora menos contundente, a análise feita pelo relator do processo, conselheiro José Gomes Graciosa, cita o endividamento de R\$ 11,9 bilhões e afirma que o caixa estadual fechou 96 com menos R\$ 1,9 bilhão — agregando os juros ao valor.

“A análise das previsões orçamentárias para 1997 indica um quadro sombrio para as finanças do estado, que compromete sua receita própria, a tal ponto que inviabiliza qualquer financiamento que tenha como garantia a receita tributária” — ressalta Quintella no documento. Apesar do quadro alarmante, o conselheiro não considera a situação irreversível, recomendando a adoção de uma política austera para a contenção dos gastos públicos e o aumento da arrecadação.

As contas de Marcello foram aprovadas por unanimidade pelo plenário do TCE, mas com ressalvas e determinações. Havia quatro conselheiros presentes: cada um dos relatórios recebeu

dois votos. Encarregado do desempate, o presidente do TCE, Aluísio Gama, optou pelo documento de Graciosa.

Pela lei orçamentária, as despesas e as receitas do estado em 96 foram fixadas em R\$ 13,6 bilhões. Números fornecidos pelos órgãos financeiros da administração Marcello Alencar ao TCE, no entanto, informam que as despesas atingiram R\$ 10,4 bilhões, enquanto as receitas ficaram em R\$ 8,4 bilhões — sem computar os números relativos a dez empresas e fundos da administração indireta, que ainda não apresentaram suas contas.

Despesas com pessoal comprometem os investimentos

A equipe de Quintella fez uma análise do desempenho econômico do Rio ao longo de dez anos — de 1986 a 1996 — durante os governos Leonel Brizola, Moreira Franco e Marcello Alencar. Uma tabela mostra que a despesa com pessoal alcançou, no ano passado, 122,6% da receita corrente líquida do estado, ou seja, superou o total arrecadado que permaneceu com o Governo. O percentual foi ainda superior aos 109,3% de 1995. Em 1986, as despesas com pessoal correspondiam a 69,44% da receita corrente líquida. O conselheiro observa que os gastos com inativos e pensionistas subiu de 15,6%, em 1992, para um patamar de 37% da mesma receita. Num projeção, ele concluiu que, em 2002, o estado gastará mais com servidores inativos do que com ativos.

Graciosa aponta uma despesa menor com pessoal em 1996 do que a citada por Quintella. O relator chegou a 77,25% de gastos com pessoal, porque não incluiu informações relativas às dez empresas e aos fundos — entre eles a Suderj e a Emop — que deixaram de encaminhar suas contas. Mesmo assim, a

legislação estabelece um teto de 60% de despesas com pessoal e encargos.

De acordo com o documento de Quintella, o estado encerrou o exercício de 1986 com um saldo positivo de R\$ 63,7 milhões. Nos dois anos seguintes, houve déficit. De 1989 a 1993, o caixa voltou a fechar positivo. Brizola encerrou o último ano de seu segundo Governo com um déficit de 328,7 milhões. O quadro piorou nos dois anos seguintes.

Ano passado, o estado gastou mais com juros e amortizações de dívidas do que com o setor de saúde: foram 11,8% contra 3,4% das despesas totais do Governo (incluindo transferências para os municípios). Dez anos antes a relação era de 9,8% contra 6,8%.

Ainda levando em consideração as despesas totais, a área de segurança pública ficou com 6,7% (eram 9,9% em 86). Enquanto isso, os gastos com o Judiciário chegaram a 8,6%. Para a Educação foram 15% e para o Legislativo 3,4% — percentual igual ao destinado à saúde.

Entre as determinações aprovadas pelo plenário do TCE consta uma de Quintella para que a Secretaria estadual de Fazenda adote as providências necessárias para regularizar os repasses ao Instituto de Pensões do Estado do Rio (Iperj) e ao Instituto de Assistência aos Servidores (Iaserj). Uma das ressalvas introduzidas por Graciosa no parecer do TCE determina que as dez empresas públicas e os fundos que não remeteram suas à Contadoria-Geral do Estado apresentem suas contas.

O parecer prévio do TCE relativo às contas do estado de 1996 será remetido à Assembleia Legislativa para votação. A Assessoria de Comunicação do Palácio Guanabara informou que o governador preferiu não comentar os dois relatórios, já que as contas do Governo foram aprovadas por unanimidade. ■